

### **A ONU estende a mão à Igreja para combater a sida**

Apesar das suas divergências na forma de abordar a luta contra a sida, a Caritas Internationalis e a ONUSIDA patrocinaram em conjunto um encontro de dois dias em Roma (25-26 de fevereiro), para estender os medicamentos que tratam os doentes de sida e evitam novas infeções provocadas pelo VIH.

Nos últimos anos, as Nações Unidas intensificaram os seus esforços para melhorar o acesso aos antirretrovirais. Em junho de 2011, a Assembleia Geral da ONU adotou uma Declaração Política que estabeleceu, entre outros objetivos, que 15 milhões de pessoas infetadas com o VIH em países de rendimentos baixos e médios, estejam a receber tratamento antirretroviral em 2015. Para conseguir esse objetivo, a ONUSIDA decidiu concentrar o seu trabalho em 30 países, com a estratégia "Tratamento 2015".

Embora a meta ainda esteja longe, os avanços foram importantes. Em dezembro de 2011, pela primeira vez, a maioria das pessoas (54%) que necessitava dessa terapia em países de rendimentos baixos e médios, conseguiu recebê-la. Um ano depois, em dezembro de 2012, tinham-na recebido 61% dessas pessoas, ou seja, 9,7 milhões.

No quadro desse empenho por estender o acesso aos antirretrovirais, a ONUSIDA quis contar com a ajuda da Igreja Católica e de outras confissões religiosas. É o que ficou patente no encontro referido atrás.

"Assegurar o acesso de 15 milhões de pessoas a uma terapia antirretroviral e a cuidados de qualidade em 2015, será um marco importante na ajuda aos necessitados. Mas não podemos consegui-lo sozinhos", disse Luiz Loures, diretor executivo adjunto da ONUSIDA e subsecretário geral das Nações Unidas.

"Historicamente, os serviços prestados pelas comunidades religiosas foram contribuição decisiva para salvar as vidas de milhões de pessoas (...). Têm a capacidade, as redes, a destreza e a experiência. Serão alguns dos nossos grandes aliados para chegar às pessoas necessitadas", explicou Loures, uns dias antes de participar no evento.

Outro dos oradores foi Kenneth Hackett, embaixador dos Estados Unidos na Santa Sé, que destacou o apreço

crescente pelo trabalho da Igreja católica neste assunto. "No início [da luta contra a sida], há 25 anos, os governos simplesmente não observavam o papel das comunidades religiosas, por desconhecimento".

"Não sabiam que havia religiosas a trabalhar num hospital onde um grande Land Rover nem sequer poderia chegar. E era nesse hospital que as religiosas conseguiam atender as pessoas... Agora, reconhece-se que se deve encarar este problema de modo integral, abordando-o sob múltiplas perspetivas. Esta colaboração entre governos e instituições religiosas deve ser o futuro", disse em declarações à Rádio Vaticano ("Strengthening role of churches in combatting HIV-AIDS", 26.2.2014).

No evento, participaram cerca de 100 pessoas, entre as quais: líderes religiosos de diversas confissões, funcionários da ONUSIDA, representantes de alguns governos, personalidades do mundo médico e científico...

Para Mons. Robert Vitillo, assessor especial sobre a sida da Caritas Internationalis, a reunião permitiu às organizações religiosas explicar mais profundamente os programas que levam a cabo e as suas carências económicas.

Depois do evento, Vitillo explicou à Rádio Vaticano ("Elargir l'accès au traitement contre le VIH", 26.2.2014) que, por vezes, mais do que um problema de carestia de medicamentos, o que existe são reservas perante o possível estigma social. "Muitas pessoas que têm sida, preferem contactar as organizações de inspiração religiosa, porque lhes oferecem muita confidencialidade. Há um tratamento: não só se dão medicamentos, como se atende a pessoa inteiramente de acordo com a sua dignidade". Outra vantagem dos programas definidos por organizações religiosas, é que "chegam até às zonas rurais com populações marginalizadas", enquanto "muitos programas governamentais se concentram nas grandes cidades".

Na reunião das Nações Unidas onde foi aprovada a referida Declaração Política de 2011, a delegação da Santa Sé sublinhou o núcleo da sua proposta: a sida exige uma resposta integral, que atenda tanto aos aspetos técnicos, como humanos da doença.

Concretamente, a Igreja promove uma estratégia em várias frentes: a formação num comportamento sexual responsável; acesso aos antirretrovirais; os cuidados para com os órfãos

que perderam os seus pais devido à sida (16 milhões em todo o mundo); e a melhoria das condições de saúde, como a água potável limpa ou a alimentação suficiente.

Uma prova da atividade da Igreja em face da epidemia da sida é que, com os seus 117.000 centros de saúde no mundo, proporciona sozinha, 25% dos cuidados aos que vivem com o VIH e a sida, especialmente crianças.

Na África do Sul, quase não havia terapia antirretroviral para doentes de sida em 2004. Hoje, a Igreja católica nesse país, oferece cuidados e tratamentos a mais de 60.000 pessoas infetadas com o VIH; 20.000 delas estão em tratamento antirretroviral, graças aos fundos do “Plano de emergência do Presidente dos EUA para o alívio da sida”, criado por George W. Bush, e ao trabalho da agência Catholic Relief Services.

A rápida expansão do tratamento antirretroviral nos últimos anos, foi classificada pela ONU como “um dos feitos mais significativos na história recente da saúde pública”. Graças a estes medicamentos que prolongam a expectativa de vida, o número anual de mortes no mundo associadas à sida, caiu de 2,3 milhões em 2005, para 1,6 milhões em 2012, segundo o “Relatório ONUSIDA 2013”.

Além disso, ao diminuir a circulação do vírus numa localidade, os antirretrovirais ajudam a reduzir o número de novas infeções provocadas pelo VIH e por outras doenças como a tuberculose. Análises económicas citadas pela ONUSIDA, mostram que estes tratamentos são rentáveis e provavelmente também pouparão gastos futuros destinados, por exemplo, a serviços médicos e aos cuidados a prestar a órfãos.

## Ascensão das escolas privadas na África do Sul

Entre 2000 e 2010, o total de alunos em escolas privadas da África do Sul aumentou 75,9%, enquanto que, nas públicas, o aumento foi de apenas 1,4%. Ao mesmo tempo, o número de escolas públicas teve uma ligeira descida, tendo, pelo contrário, proliferado centros de iniciativa privada, cujo número cresceu 44% durante o mesmo período.

Não se sabe inteiramente, todavia, o número de escolas privadas que existem no país, porque as fontes não são unânimes e muitas não se registam para evitar o emaranhado burocrático. Segundo o governo, são privadas 6% das escolas, mais de 1.500. Para a Associação de Escolas Independentes, existem mais de 2.500. E, segundo o Umalusi, um organismo regulador que controla a qualidade do ensino, 3.500.

A ascensão do ensino privado, para alguns, é a resposta da população a um sistema educativo que, sem ter problemas de financiamento, não conseguiu reforçar a sua qualidade. Na África do Sul, o governo destina à educação 20% do orçamento, mas o país é antepenúltimo nos *rankings*

internacionais de resultados académicos em matemática e ciências.

A situação de fracasso afeta também os estudantes. Somente quatro em cada dez terminam o secundário e, daqueles que o conseguem, apenas 30% têm sido aprovados no exame posterior. São muito poucos, 12%, os alunos que conseguem nota suficiente para entrar na universidade.

A estes problemas acrescenta-se a excessiva ideologização da política educativa, na qual os sindicatos têm muita influência e que tradicionalmente combateram algumas reformas. É frequente, por exemplo, que criem obstáculos ou impeçam as inspeções educativas e têm-se oposto à implantação de sistemas para avaliar a atividade do professorado, não mal pago, por outro lado.

Até há pouco, embora houvesse na África do Sul boas escolas privadas, só eram acessíveis a famílias de bons rendimentos. O que pode afastar alunos da escola pública, são os centros privados baratos que combinam melhor qualidade de ensino a preços moderados, acessíveis a classes sociais menos favorecidas. Um relatório, “Affordable Private Schools in South Africa”, publicado pelo Centre for Development and Enterprise, um *think tank* sulafricano, afirma que em zonas do país, onde 50% da população é pobre, 30% das escolas são privadas.

São diversas as soluções para conciliar acessibilidade e qualidade do ensino, mas muitas escolas decidiram não aderir ao sistema de concertação com o Estado, mais precário, pois o financiamento público atinge no máximo 60% do custo por aluno e é inversamente proporcional ao custo de matrícula fixado pela escola. Os pagamentos públicos por vezes não chegam ou chegam tarde – como na universidade – e diz-se no relatório, são cada mais as empresas educativas a não quererem depender das ajudas públicas.

Algumas escolas privadas apoiaram-se no compromisso do professorado em ajustar os seus custos de matrícula. Fê-lo a Vuleka, instituição sem fins lucrativos com vários centros de ensino infantil e primário em Joanesburgo. Os resultados académicos estão acima das outras escolas do país. Apesar dos 25% da concertação com o Estado e de cobrar 13.000 rands por ano (cerca de 1.300 dólares), precisa cobrir 2.400 rands por aluno, entre outras coisas, pois há reduções por motivos económicos ou de orfandade. Além dos donativos, a Vuleka paga aos professores um salário menor.

Outras escolas, como a Spark, também em Joanesburgo, implantaram o modelo *blended learning* ou aprendizagem semi-presencial, novo no país, combinando as aulas ministradas por professores, com outras por computador, havendo assim menos necessidade de pessoal docente. A Spark tem 450 alunos e 22 professores. Este tipo de ensino teve aceitação: a Spark, inaugurada em janeiro de 2013, já tem lista de espera. É a primeira de uma nova rede, com outra escola no próximo ano letivo e mais 62 nos próximos 10 anos.

J. M. C.

## Uma parteira decide sobre o seu próprio corpo

O projeto do governo espanhol de proteger o direito à vida do feto, de modo a que o aborto não seja discricionário, despertou uma forte reação por parte dos que defendem que a decisão da mulher não deve estar limitada a determinados pressupostos. Nesta campanha, houve recurso igualmente a vozes estrangeiras, para fazer ver que, na Europa, estas coisas já não são tidas em conta.

Com este objetivo, o “El País” (16.2.2014) telefonou a Birgitta Ohlsson, ministra sueca dos Assuntos Europeus, para que lhe dissesse o que quer ouvir. E Ohlsson mostrou-se muito categórica. “O direito das mulheres a decidir sobre o seu próprio corpo é extremamente importante, é um direito humano básico”. Portanto, defende que a lei espanhola, a ser aprovada, seria “um grande retrocesso para os direitos da mulher”. Refira-se que a lei sueca permite o aborto livre até à semana 18 e até à 22 em caso de risco para a saúde física ou mental da mãe.

Pode-se partilhar ou não as suas ideias, mas é de esperar que uma ministra de tão firmes convicções, seja favorável a que uma mulher decida sobre o seu próprio corpo em todos os casos. A verdade é que Ohlsson tem a oportunidade de defender este direito humano básico de uma mulher do seu próprio país, cujo caso se converteu em notícia e em polémica.

Ellinor Grimmark, de 37 anos, é uma parteira que considera que a sua profissão consiste em trazer crianças ao mundo, não em eliminá-las. E decidiu que o seu corpo não vai servir para praticar abortos, que ninguém a vai obrigar a utilizar as suas mãos e a sua cabeça nesta tarefa.

Mas esta decisão sobre o seu próprio corpo não foi bem aceite nos hospitais do seu país. No verão passado, perdeu o seu emprego por se negar a assistir a abortos. E, embora as parteiras sejam escassas na Suécia, ninguém quis empregá-la. Agora, adquiriu notoriedade pública por ser a primeira parteira a denunciar o seu hospital ao Ombudsman sueco que vela contra as discriminações, alegando ter sido discriminada devido às suas convicções éticas e religiosas. O seu advogado afirma que se trata de um assunto de direitos humanos e, por isso, denunciou a Suécia ao Conselho da Europa, e pensa que Grimmark tem boas vazes para ganhar o seu caso no Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

Deve ter-se em conta que, em 2011, o Conselho da Europa adotou uma resolução (Resolução 1763 – The right to conscientious objection in lawful medical care) onde reconhecia o direito à objeção de consciência do pessoal de saúde, sempre que fosse prestada informação aos doentes de qualquer objeção dentro do tempo adequado e se fossem remetidos para outro profissional. É o que ocorre na maior parte dos países europeus, com a exceção da Finlândia e da Suécia, onde, na prática, não se reconhece a objeção de consciência.

Na Noruega, o novo governo anunciou que vai permitir que os médicos exerçam a objeção de consciência em face do aborto. Na Suécia ainda não se descobriu este direito humano. Como disse o parlamentar Mats Selander: “Na nossa cultura, temos sido superficiais em assuntos éticos, e pensamos que é legítimo o Estado invadir as consciências das pessoas. Este é um assunto de vida e de morte, e a pessoa deve ser respeitada”.

Um país que enaltece a mulher decidir sobre o seu próprio corpo, não deveria achar inconveniente que igualmente as parteiras possam decidir.

I. A.

## “As Voltas da Vida”

“Trouble with the Curve”

Realizador: Robert Lorenz

Atores: Clint Eastwood, Amy Adams

Duração: 111 min.

Ano: 2012

Clint Eastwood participa como ator num filme que marca a estreia como realizador daquele que foi o seu grande colaborador ao longo dos anos. A temática gira em torno das questões essenciais da natureza humana, como as relações pessoais, a família, o trabalho e o sentido da vida...

Um pai já idoso relaciona-se mal com a filha. Ambos são profissionalmente muito bons. Ele é “olheiro” de uma equipa de basebol. Apesar da falta de visão e da velhice, continua a desempenhar as suas funções. A rapariga é uma advogada bem sucedida e prestes a ser promovida no seu escritório.

De repente tudo se altera. O pai é enviado para outra cidade com o objetivo de avaliar um jogador, mas os seus chefes não confiam nas suas capacidades. Falam com a filha e esta aceita desligar-se do escritório por uns dias e ir acompanhar o pai. Quando estão juntos, acabam por não se entender. Discutem... mas trabalham e cumprem o seu dever. Ela ouve os conselhos de quem sabe e relembra o que aprendera em pequena. Quando se preparam para regressar, as chefias de ambos põem em causa as suas decisões... A rapariga reflete. Olha para a sua vida e faz um balanço. Resolve lançar-se à ação. Quer aplicar o que aprendera numa nova situação.

Arrisca uma “jogada” que lhe dará a vitória... mas isso, só vendo até ao fim.

### Tópicos de análise:

1. A experiência acumulada é útil ao tomar uma nova decisão.
2. Para avaliar uma questão é bom saber ler as circunstâncias...
3. Ouvir os conselhos de pessoas experientes evita repetir erros.

Link para o filme:

[www.imdb.com/title/tt2083383/](http://www.imdb.com/title/tt2083383/)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

